

A moralidade coletiva

Julián Marías¹

(edição e trad.: Sylvio R. G. Horta)

Resumo: Conferência em Madri, 15-04-98, no "Instituto de Espanha" como parte do curso "A Espanha possível do século XXI".

Abstract: Lecture in Madrid by the well known Spanish philosopher.

Boa noite! Falaremos hoje de um problema - *a moralidade coletiva* - tendo como horizonte o novo século que se aproxima.

Os senhores certamente sabem que a moral é assunto pessoal, portanto individual, que deve partir de cada pessoa e, claro, tenho tratado desse problema em outros lugares e alguns dos senhores já conhecem o meu *Tratado de lo mejor*, que propõe o problema moral numa perspectiva um tanto nova. Contudo, o homem vive em uma sociedade, o homem tem uma vida individual que está *porém* articulada com a vida coletiva e assim a vida moral está naturalmente condicionada pela situação social em que se vive, pelo conjunto de usos, de vigências, de pressões sociais, de modelos e de exemplos: tudo isso tem grande influência nessa questão.

Porém permanece o fato – e creio que é necessário insistir nisso - de que, em se tratando de realidade pessoal, o decisivo é a liberdade.

Quer dizer, o homem é responsável, o homem faz a sua vida, escolhe sua vida, realiza-a na medida em que as circunstâncias o permitem, mas o projeto...; o projeto é próprio, o projeto é pessoal, cada um projeta sua vida, imagina-a, procura realizá-la - realiza-a ou não, realiza-a melhor ou pior -; e há o influxo das circunstâncias sociais e de algo muito importante no qual não se costuma reparar muito: o acaso.

O acaso intervém enormemente na vida individual: a maior parte das coisas que nos acontecem estão condicionadas pelo acaso.

Já de início, é pelo acaso que nascemos num determinado lugar, nascemos num determinado momento histórico, vivemos nuns lugares ou noutros, às vezes não por uma decisão muito pessoal mas por influência das circunstâncias. Conhecemos certas pessoas que deixam em nós uma marca, boa ou má, em muitos casos importante em nossa vida... e tudo isto depende do acaso. Há acidentes. A palavra *accidente* significa justamente o que sobrevém e que não tem que ver diretamente com nosso projeto e que, de certo modo, o perturba; e no entanto o acaso não significa uma supressão da coerência do projeto, porque cada pessoa retoma seu projeto a partir do acaso, absorve-o, transforma-o, digere-o poderíamos dizer, conduz com ele sua vida, e o faz a sua maneira, isto é: o acaso, que é exterior - evidentemente é exterior à pessoa individual -, vem de fora e não se conta com ele e além disso de certo modo perturba -; não obstante a pessoa reage sobre ele, adota-o, transforma-o, interpreta-o, ajusta-o e converte-o num ingrediente externo porém assimilado em sua vida.

A liberdade, desse modo, é sempre fundamental e decisiva. A liberdade faz também que o homem seja responsável: não sou responsável pelo conteúdo último de

¹ Renomado filósofo espanhol, falecido em 15-12-05. A publicação deste artigo é uma homenagem a este grande pensador, que tanto colaborou com nossa editora.

minha vida nem pelo que me vem de fora, mas sim por aquilo que eu escolho, que eu prefiro, que eu decido dentro das minhas possibilidades. Muito bem, mas a sociedade exerce uma grande pressão. Em alguns sentidos trata-se de uma pressão difusa: é a pressão que exercem as vigências, os usos sociais, que de certo modo configuram nossa vida e tiram-lhe a espontaneidade, tiram-lhe uma certa autonomia, ao mesmo tempo que a regulam e lhe propiciam facilidades. É evidente que a sociedade me dá já prontas muitas soluções para problemas como por exemplo o que se deve vestir. Bem, se cada vez eu tivesse que inventar a roupa que vou usar, isso seria bastante complicado, daria muito trabalho, mas há um uso social, as pessoas se vestem de certo modo... Para os homens, por exemplo, a escolha é muito limitada (sei lá, alguém pode querer usar um paletó listrado, com botões na manga...; noutros casos, há mais margem de escolha..., mas, enfim, há um padrão geral).

Há, também, por exemplo, usos alimentícios, que são tão importantes: não inventamos o que vamos comer no café da manhã, cada país já tem o seu desjejum habitual, em cada sociedade existe um uso habitual que estabelece o que se come na refeição matinal.

Eu me lembro, por exemplo, que nos Estados Unidos é muito frequente comer ovos no *breakfast* - eu os comia e me pareciam ótimos. Mas era difícil conseguir ovos na hora do almoço ou do jantar, não era comum, porque não era costume, em geral as pessoas comiam os ovos de manhã, no desjejum. Se em algum lugar qualquer da Espanha alguém pedir sardinhas para o café da manhã... terá certamente problemas; agora, se quiser um café com leite ou algo parecido, então será muito mais fácil...

Portanto, isso que por um lado automatiza a vida, por outro, a facilita. Trata-se de uma pressão, repito, ambiente, difusa, mas que condiciona os modos de vida. Especialmente porque em nossa época - e os senhores sabem que eu insisto frequentemente neste ponto - as mudanças recentes dos processos sociais têm se alterado muito, aceleraram-se e adquiriram uma importância que não tinham antes: porque agora existe um fator que é a comunicação, que é enormemente poderoso.

Considerem, então, que um homem de nossa época recebe diversas interpretações do real que têm muitas vezes um caráter moral. Apresentam-se-lhe formas de vida, formas de relações humanas, de família, de moral política, de uma série de fenômenos e ele recebe, de certo modo, interpretações que se lhe são apresentadas sob uma certa luz, isto é, são apresentadas atitudes, de modo favorável ou desfavorável conforme os casos, e muito frequentemente como normais, por serem frequentes.

Há uma identificação muito perigosa em nosso tempo que consiste em considerar o que é frequente como normal e o que é normal como lícito e o que é lícito legalmente como sendo moral. Não!, são identificações inaceitáveis. Pode haver coisas frequentes que não são normais, pode haver coisas que são normais, mas apesar de normais não são lícitas e podem ser lícitas legalmente, mas moralmente não. Portanto, é preciso ver em cada caso do que se trata.

Sobretudo, recebemos exemplos, recebemos modelos, modelos humanos, modelos de conduta que se mostram nos jornais, no rádio, na televisão, no cinema, em todos os meios de comunicação. Isso, evidentemente, exerce uma influência sobre os indivíduos, muito particularmente sobre as crianças e sobre os jovens, que são alvo de toda uma série de impactos, diríamos, que os levam a ver que certas coisas parecem ser normais, parecem lícitas, parecem aceitáveis, e às vezes não o são.

Se consideram a diferença que há, por exemplo, entre os diversos países verão que isso é notório. É evidente que o sistema de pressões que um espanhol experimenta é ligeiramente diferente (não demasiadamente diferente...) do que experimenta um alemão, um inglês ou um italiano; é um tanto diferente, em outro sentido, do que

experimenta um americano do norte ou do sul (que não é o mesmo); e se compararmos com outras formas de cultura, como por exemplo um país muçulmano, a China ou um país do sudeste asiático, as diferenças são já realmente muito grandes. E evidentemente condicionam se não a liberdade - porque há um reduto último da liberdade -, condicionam o que podemos chamar a moral coletiva, o que socialmente é aceitável, o que é considerado bom, o que é considerado mau.

Não se esqueçam de que a palavra "moral" deriva do substantivo latino *mos*, *mores*, que significa costume. Quer dizer, os costumes têm um caráter moral, são vividos como algo que tem uma condição moral e certamente a moralidade é afetada por esses costumes. Às vezes fala-se de "maus costumes" ou de "bons costumes", diante dos quais, insisto, o homem é sempre livre. O homem pode - em última instância - aceitar as vigências ou resistir a elas. É preciso levá-las em conta: uma vigência é algo que tem vigor e que portanto tenho que levá-la em conta. Há coisas de que não preciso me ocupar: se me perguntam o que opino sobre elas, digo que "não opino nada". Simplesmente não contam em minha vida. Há certas coisas, porém, com as quais é preciso contar. E essas exercem pressão e têm vigor. Mas sempre posso resistir, posso aceitá-las, inclusive com entusiasmo ou apaticamente; posso resistir a elas, posso ir contra as pressões sociais, contra as vigências. Mas não é nada fácil; e de fato a vida coletiva, que é do que eu falava há pouco, é afetada por esse sistema de pressões.

Se considerarmos a situação atual e mais concretamente a da Espanha - da qual estamos tratando neste curso - é curioso o seguinte: o que se mostra, o que se apresenta, diríamos, como modelo ou como exemplo nos meios de comunicação escritos ou falados ou visuais - dá na mesma nesse caso -, tem sempre caráter minoritário.

Trata-se de uma espécie de problema curioso. Pensem por exemplo na televisão... Na televisão os senhores vêem certas pessoas ou certos grupos de pessoas que aparecem, cujas imagens se mostram, que falam, que expressam opiniões, suas maneiras de ver as coisas etc. São muito poucas pessoas, muito poucas. Seria curioso saber quantas pessoas aparecem frequentemente na televisão num determinado país. Quantas? Não são muitas. Quantos rostos o espanhol médio conhece por tê-los visto na televisão? Não são muitos, são poucos, certamente uma fração ridícula, uma fração mínima comparada aos quase 40 milhões de espanhóis. Isso é algo muito importante. O mesmo é válido para aqueles que falam na rádio ou que escrevem nos jornais ou que escrevem livros: são sempre muito poucas pessoas, trata-se de uma minoria.

Poderia parecer, então, que isso tem pouca importância. Mas não, tem muita. Tem muita porque é o que se vê, é o que vale. Trata-se, poderíamos dizer, do ponto de referência que têm o homem e a mulher individuais (e digo o homem e a mulher, não por causa da mania que há agora dos "companheiros e companheiras", mas porque não são iguais e são modelos em diferentes sentidos, há modelos masculinos e modelos femininos que são diferentes).

Pois bem, poderíamos pensar que se trata de uma pequena fração e que isso não seja relevante. Ah, mas não é esse o caso, porque se trata daquilo que se vê, daquilo que se recebe. Considerem vocês que em outras sociedades havia pessoas que eram, digamos, públicas: as pessoas as viam, por exemplo, nos teatros, em algumas cerimônias, ao entrar para a Academia, na ópera, eram poucas pessoas. Eu me lembro, por exemplo, e inclusive não me refiro já à época romântica na qual não vivi, mas me refiro a quando eu era muito jovem... havia em Madri, na verdade em toda a Espanha, mas em Madri principalmente, havia algumas senhoras que eram famosas por sua beleza ou por sua elegância. E isso era consabido; "constava" e as pessoas certamente as conheciam: eram poucas, apareciam em certas cerimônias ou nos teatros e espetáculos. Isso já não existe mais, desapareceu. Esse tipo de modelo não existe, agora é necessário aparecer na televisão.

Desse modo, os modelos que realmente têm influência são os que aparecem na televisão, o que de imediato tem um caráter diferenciado, porque o tipo de seleção é diferente e, em segundo lugar, tem um efeito muito maior porque se se comparar o número de pessoas que ia a uma cerimônia pública ou a um teatro e com o número de pessoas que vê televisão, vai-se de uma pequena fração da sociedade à totalidade, quase à totalidade eu diria e, portanto, o efeito é muito maior, é um efeito muito grande.

Não se entende nada da nossa época - e ao dizer nossa época me refiro aos últimos decênios e não mais -, sem se ter em conta essa pressão coletiva, minoritária na realidade mas com efeitos coletivos e que se exerce sobre a totalidade, inclusive sobre todas as classes sociais, todos os níveis sociais.

Como vocês podem ver, trata-se de uma transformação enorme. E esta situação, na qual se encontra a moral coletiva na Espanha, creio que não seja demasiado boa... Se vocês fizerem um pequeno inventário do que vêem, do que se lhes mostra, do que se lhes comenta, como positivo, favorável, valioso, não sei ... por menos exigentes que sejam, verão que a situação não é muito satisfatória. E como a influência da televisão é enorme, a situação da moral coletiva é inquietante.

Há um aspecto favorável, que já mencionei outro dia, e penso que seja necessário lembrá-lo: trata-se da superficialidade dessas influências, que são amplas, que são transbordantes, que afetam a quase todo o mundo, e que em grande proporção são muito discutíveis ou inclusive perniciosas. Algumas são superficiais porque afetam aspectos, diríamos, externos da conduta e não afetam muito profundamente a atitude moral. Outras, que podem ser mais perigosas neste sentido, são efêmeras, duram pouco. É muito importante ter em mente que apesar de se falar muito na decadência da imprensa, da letra impressa, e se insistir muito em que se lê menos, que tudo isso tem muito menos importância e que agora são as imagens e os meios visuais que contam, acredito que a influência da escrita é de certo modo mais profunda, mais continuada, mais perdurável. O que se vê, por exemplo, na televisão tem um efeito, tem um efeito que se difunde amplamente, mas que geralmente dura pouco.

O mesmo acontece também com a fama. Pensem, por exemplo, nas pessoas que aparecem na televisão o tempo todo: são, sem dúvida, conhecidas, todos sabem quem são, que cara têm, como se movem; mas se desaparecem dos programas que sempre mudam, após pouco tempo não são nem lembradas, não deixaram marcas, o que evidentemente tira um pouco da importância desse influxo, faz com que seja uma influência por um lado superficial, por outro, efêmera, passageira. Por sua vez, o que se lê, sobretudo se com certa continuidade se destaca – é certo que o problema de todos os jornais é que deixam muito a desejar porém têm um efeito que é o da continuidade: se uma pessoa lê habitualmente um jornal ou mais de um, evidentemente, recebe toda uma série de influxos que se vão acumulando, depositando, e se têm um caráter de coerência, provocam-na também no leitor habitual.

Há um efeito muito curioso e se trata também de uma mudança recente: lembro-me - antes da guerra civil e também depois – de que havia muitos jornais, havia muito mais jornais que hoje. Em Madri, por exemplo, havia muito mais do que agora nos diversos períodos. Para começar, havia o da manhã e o da tarde. Agora nem há jornais à tarde. Não existe nenhum. Há três ou quatro jornais, nada mais. Antes havia muito mais: dez, doze, quinze, conforme a época e o frequente era que se lesse mais de um jornal.

Havia duas razões – não sou materialista, mas acredito na matéria, a matéria existe -, havia razões muito materiais que faziam com que se comprassem mais jornais. Uma delas era que as cozinhas tinham fogões que se acendiam com carvão e havia necessidade de papel para se lidar com o carvão. De modo que havia um consumo de

papel movido por isso e a outra razão era que não havia sacos plásticos e, desse modo, as pessoas necessitavam do papel do jornal para embrulhar as coisas. Por exemplo, lembro-me de que os leitores do ABC, que eram muitos, diziam: temos que comprar algum dia um outro jornal, A Voz, porque o ABC não serve para embrulhar, é pequeno, tem um formato pequeno. São coisas muito materiais, mas absolutamente verdadeiras.

Os jornais eram além disso mais diferenciados, diziam coisas muito diferentes. Agora há as agências que distribuem a mesma informação, e se alguém abre um jornal a lê ligeiramente deformada; e no outro jornal a lê - ligeiramente deformada com outra deformação - mas trata-se no fundo da mesma informação. Há as grandes agências, as grandes empresas... Os jornais, desse modo, têm na realidade menos personalidade e portanto há menos justificativas para se ler dois ou três, e além disso não havia a televisão e também a rádio era bastante pobre e deficiente e não tinha muita influência.

O curioso do caso, e este é o fator que tem que ver com a moral coletiva, é que há pessoas que lêem vários jornais (os muito poucos que há, mas os lêem...) e há pessoas que não lêem mais que um jornal: algumas porque acreditam que não vale a pena, mas há outras que não, há uma espécie de observância... há pessoas que não lêem mais que um jornal porque "sua religião não lhes permite" ler outro. Este é um caso muito curioso: há pessoas que lêem um jornal e o tomam como a realidade: a realidade, a própria realidade. Lembro-me de uma vez e trata-se de uma lembrança curiosa: havia uma conferência em Múrcia e peguei um avião para Alicante e foi me receber no aeroporto de Alicante um jovem professor que me levou a Múrcia e fomos conversando durante a viagem e ele falava e citava um jornal... mas o citou vinte ou trinta vezes, no breve trajeto: não por insistir nisso, é que, para ele, tratava-se da própria realidade. E isso é algo que realmente acontece e que tem consequências.

Quando uma pessoa não se permite ler mais que um jornal - porque há um aprovação tácita, uma adesão incondicional a um determinado jornal e não se permite ler outro - isso é bastante grave. E o mesmo ocorre com as rádios, com as televisões... É claro então que se produz um efeito de estreitamento do horizonte ou de certo modo uma manipulação, o que poderíamos chamar de manipulação consentida. E isso tem um caráter moral inquietante e isso é muito grave.

Portanto, se olharmos bem para a situação atual e temos que diferenciar entre as pessoas, quer dizer, há pessoas que têm personalidade, pessoas que vivem a partir de si mesmas, que têm suas opiniões pessoais, que podem não ser muito boas, mas são pessoais, que portanto não se deixam manipular, que exercem sua liberdade. E há muitas outras que não, há muitas que estão, diríamos, num estado de passividade, que aceitam o que se recebe como - insisto na fórmula - como se fosse a própria realidade. Que não a põem em questão e então evidentemente deixam que sua vida seja orientada, que seja configurada por influências que são originariamente minoritárias, que são sempre muito minoritárias: as pessoas que manejam os meios de comunicação são poucas, muito poucas. Representam - repito - um estamento, um grupo, umas quantas pessoas que exercem um influência enorme e não consciente: a maior parte recebe essa influência com uma espécie de passividade.

Já falei muitas vezes e insisto sempre que não acredito que nossa época seja particularmente imoral. Não o é; acredito que houve épocas muito mais imorais do que a nossa; o que acontece realmente é que se trata de uma época de muita desorientação. Há muitas pessoas que na realidade não sabem bem a que se ater, não sabem bem o que opinar, aceitam o que se lhes apresenta, aceitam-no sem muito entusiasmo, sem muita força também, com certa apatia ou debilmente, mas aceitam-no...

Há um exemplo curioso dentre os sempre interessantes deslocamentos linguísticos. Antigamente, por exemplo, usava-se a palavra "honrado", hoje

praticamente fora de uso e a honradez era uma virtude que geralmente se estimava. A palavra "honesto" se aplicava, comumente, mais para as coisas de tipo sexual. Por influência do inglês - o inglês é uma língua que atua enormemente sobre os que não a sabem; os que a sabem percebem esses detalhes, mas os que não sabem inglês (que são multidão) sofrem uma influência do inglês -, e como em inglês *honest* é antes honrado (a tradução mais aproximada - todas as palavras de estimação são muito difíceis de traduzir: como se diz "*fidalgo*" em outra língua? E *gentleman*...?), mas certamente há o sentido primário de *honest*, que é "honrado", "sincero" etc. Agora, então, emprega-se "honesto". E "honrado" está esquecida, é uma palavra que se usa pouco, para não falarmos da palavra "honra", essa sim que quase já saiu de uso embora seja a mais importante. E isso afeta à situação da moral ...

Além disso há uma coisa muito curiosa, evidentemente é muito perigoso julgar os outros, acredito no evangelho que diz que não se deve julgar para não ser julgado e é enormemente difícil julgar pessoalmente e quase nunca se pode julgar a uma pessoa. Entre outras razões porque não conhecemos bem a sua realidade, não conhecemos as suas circunstâncias subjetivas, os seus motivos profundos. Em geral, creio que é muito perigoso, expomo-nos a graves erros ao julgarmos as pessoas. Mas isso não quer dizer que não se possa julgar as coisas ou que não se possa julgar as condutas, isso é outra coisa, há certas coisas que estão bem, há coisas que estão mal e isso se pode julgar, e se *deve* julgar. No caso de uma pessoa concreta talvez o melhor seja adiar o juízo ou suspendê-lo porque não se sabe bem o que é que aquela pessoa realmente faz e por que o faz e que outra coisa poderia fazer etc. Vocês compreendem? Mas a situação atualmente é que as pessoas acreditam que não se pode julgar nada e que tudo dá na mesma - e a isso se chama às vezes liberdade.

Liberdade não significa o que me dá na telha, ou o que alguém me diz, ou o que alguém me ordena. Liberdade é o que alguém pode querer, o que alguém pode querer pessoalmente. Daí que muitas pessoas não possam querer o que fazem, não o querem: fazem-no porque sim ou porque se diz que está bem. Não o podem querer.

Lembrem-se da frase - que para mim me parece esplêndida - de Santo Agostinho: "Ame e faça o que quiser - *Ama et quod vis fac*". Evidentemente se enfatiza muito o "ame", é capital, fundamental, mas há também que se enfatizar o segundo elemento: "o que quiser", não o que deseje, o que lhe convenha ou o que lhe passe na cabeça..., mas o que quiser, o que possa realmente querer. Este é o sentido que tem precisamente o imperativo categórico de Kant, o que verdadeiramente quiser, o que verdadeiramente se possa querer, isso é: o que se possa justificar.

Portanto na presente situação da moral coletiva que não é muito alentadora, que não é demasiado boa, que não é satisfatória, que é evidentemente inquietante - com o atenuante de que porventura não é muito grave; não é muito grave no sentido de que lhe falta peso, de que não é muito profunda, de que é de certo modo superficial, ou sujeita facilmente a variações - esta situação não tem talvez mais remédio, mais recurso, do que o exercício da liberdade.

O problema está em que a maior parte das pessoas não age livremente, não age a partir de si mesma, a partir fundo de sua pessoa, não decide, não escolhe, o que realmente *quer*, o que realmente lhe parece bem...

Com isso nos veríamos numa situação - ante o século que tão logo ficará para trás - na qual há uma possibilidade que as pessoas se deixem levar. Então, evidentemente, vai se produzir uma desmoralização mais profunda do que a que existe atualmente.

Não se esqueçam de que a humanidade está composta de uma série de gerações, que convivem quatro ou cinco gerações - agora são cinco, porque a vida se prolongou - e por conseguinte há, assim podemos dizer, uma série de níveis de idade.

Trata-se de algo bastante claro e, evidentemente, a moral tem também diferenças de geração bastante claras. Se vocês determinarem os quatro ou cinco níveis de idades que coexistem neste momento verão como os critérios morais e inclusive a qualidade da moral variam. Não é que a coisa vá melhorando ou vá piorando, mas piora e melhora.

Tendo em vista, por exemplo, os que têm vinte anos ou os que têm quarenta ou aqueles que têm sessenta... é possível ver que em alguns aspectos os mais jovens têm vantagens morais e consideram que têm uma atitude mais digna, mais aceitável; por sua vez, em outros sentidos isso não acontece; em outros sentidos os que têm quarenta ou cinquenta anos têm uma moral mais sólida; os que têm sessenta ou setenta talvez ainda mais, em outros aspectos... Os que são velhos vão morrendo e os que não são muito velhos chegam a ser velhos e os jovens vão ocupando evidentemente o mundo: o século XXI estará representado e ocupado primariamente por aqueles que agora são ainda jovens ou muito jovens...

Evidentemente, então, o mundo estará condicionado pela moral coletiva, não já a do conjunto da sociedade, mas a das gerações mais jovens. A partir daí é que começa a surgir o problema. Há duas possibilidades: 1. se estas gerações mais jovens assimilam estes fatores, diríamos, de desorientação, de superficialidade, de não saber a que se ater, de evitar o juízo moral, então a perspectiva se torna muito inquietante. 2. Se há uma resistência, se há uma reivindicação do ponto de vista próprio, da liberdade pessoal; se precisamente à medida em que vão avançando na vida, os que são muito jovens experimentarem as limitações do que receberam, do que se chama no final das contas de educação, que não é somente a instrução, nem as instituições, mas que em grande parte depende da família, do ambiente da casa que é enormemente influente, capital - pensem na diferença que há entre os que viveram numa casa na qual havia clareza, por exemplo, em que as pessoas mostravam sua realidade, em que havia um casamento bem sucedido, vivido com amor mútuo e com clareza e, por outro lado, pessoas que nascem numa família dividida, rota, às vezes com várias mudanças sucessivas... Evidentemente isso influi de um modo capital.

Por fim, o que pode servir de saneamento geral da vida moral coletiva é o exercício da liberdade, a afirmação da liberdade. Como vocês podem ver, um pouco paradoxalmente depois de haver insistido na influência do coletivo, acredito que o decisivo é o ponto de apoio na vida individual. Mas acontece - não se esqueçam de que o disse ao princípio -, que isso que se apresenta como influência coletiva, origina-se em grupos muito minoritários, isto é, origina-se nas vidas individuais. E então se trata, no final das contas, de se evitar que uns quantos aproveitem das possibilidades técnicas do mundo atual - técnicas de todo tipo, inclusive as sociais... - para manipular aos indivíduos e despojá-los de sua realidade propriamente individual, propriamente pessoal e desse modo a questão seria precisamente fazer um apelo aos indivíduos, fazer um apelo à vida de cada qual, aos critérios próprios de cada um, a não se deixar levar.

De modo que, por fim, a liberdade - como tantas vezes - é o remédio. Já disse muitas vezes - falando de coisas mais de tipo político, mas que se podem generalizar e transportar a estratos muito mais profundos e muito mais importantes do que a política -, que a liberdade - que tem inconvenientes, que tem males, sem dúvida nenhuma - se cura não suprimindo a liberdade mas com mais liberdade.

Que a exerçam todos, não que a exerçam uns quantos em nome dos demais, porque daí se trata de manipulação... Que a exerçam todos, que cada pessoa seja livre, seja realmente livre e aja de acordo com sua liberdade pessoal e então as coisas se equilibram... Persistem as dificuldades, persistem as confusões, persistem os conflitos - a vida humana é conflituosa -, mas afinal se produz pelo menos um incremento da autenticidade, um incremento da veracidade.

Se se diz a verdade e se procede conseqüentemente, se cada um reivindica o direito que tem de ver as coisas por si mesmo e a decidir, em última instância, por si mesmo e não pelo que lhe dizem ou pelo que lhe impõem... é evidente que se isso se fizesse de fato, ter-se-iam evitado as grandes maldades coletivas.

Não se esqueçam de que em nosso século ocorreram coisas atrozes. Mas as coisas atrozes podem ser de muitas espécies. Se há um terremoto ou inundações e as pessoas morrem, isso é lamentável, mas há outras coisas que não são assim, que procedem de vontades livres, humanas, de atos humanos livres que consistem em maldade. Se vocês repassam a história do século XX - século tão ilustre, tão admirável em tantas coisas, tão criador - verão que ocorreram catástrofes, mas que ocorreram com concentrações absolutamente pavorosas de maldade. Por quê? Porque as pessoas se deixaram manipular, porque houve grupos minoritários, sumamente minoritários em comparação com o conjunto, que levaram as pessoas à loucura, à demência, ao fanatismo, à maldade em suma.

Assim, ao falarmos da moral coletiva voltamos ao ponto de partida, isto é, ao lugar no qual reside propriamente a moral: a vida pessoal, a vida individual, a de cada um de nós...

Vejam vocês que por fim há que se buscar o remédio aos males - aos perigos que nos ameaçam - não diretamente, não primariamente, nas técnicas ou nos recursos da vida coletiva, como por exemplo na política ou na economia - na medida em que a economia também tem uma vertente moral - mas há que se fazer um apelo à moral individual, à moral de cada um, em suma, à personalidade.

O importante é que as pessoas não abduquem de sua personalidade. Há muitas pessoas - todos somos pessoas, é claro - mas há muitos que não a exercem, há muitos que fazem cessão de sua condição pessoal, que se desfazem dela e se deixam levar.

Ocorrem fanatismos de toda espécie, tão frequentes, que se os vê em grande escala ou em pequena escala, maiores ou menores, e de vez em quando nos escandalizamos de alguns exemplos que são muito chamativos e que são inclusive pitorescos...

Há outros menos pitorescos e que são mais importantes, mais profundos e nos quais as pessoas se deixaram embarcar. Quando Ortega esteve na Alemanha, muito brevemente em 1934 - não teve nenhum tipo de atuação, a não ser ver algumas pessoas, como Husserl -, lembro-me de que quando voltou dizia aos que éramos seus alunos: "O problema está em que os alemães embarcam numa ideia como num transatlântico".

Isso acontece com os alemães e com muitos que não são alemães: embarcam numa ideia, geralmente em uma pseudo ideia - algo que não se pode sustentar, que não se pode justificar, que não é verdade - como em um transatlântico e desfazem-se de sua personalidade, deixam-se levar, deixam-se arrastar. Por vezes é como um vírus que se alastra e os leva à loucura...

Este é um dos grandes problemas, um dos grandes perigos e - como vocês podem ver, em nossa época, pelas condições sociais, pelas condições estruturais, pela influência da técnica e do que ela permite -, tem uma forma distinta do que tinha há um século, há cinco séculos ou há vinte séculos. Variou enormemente e acredito que portanto há que se ter em conta essas possibilidades, esses perigos, esses riscos para se buscar o remédio, se houver, na vida pessoal.

Recebido para publicação em 10-09-15; aceito em 03-10-15